

**ARTICULAÇÃO DOS CONCEITOS DE CULTURA, IDENTIDADE E CIDADANIA  
AO ESTUDO DA COMUNIDADE DO COUCHSURFING EM PORTO ALEGRE  
(CS POA)<sup>1</sup>**

**GT7: Estudos de Recepção**

Tamires Ferreira Coêlho<sup>2</sup>

**Resumo**

Este artigo é resultado de uma pesquisa de recepção sobre os processos comunicacionais da comunidade CS POA (*Couchsurfing* em Porto Alegre) que utilizou uma combinação entre etnografia e netnografia em sua construção metodológica. Nosso objetivo é discutir os conceitos de mídia, identidade e cidadania articulados ao objeto desta investigação e a dados empíricos coletados durante seu desenvolvimento. Diante de vínculos móveis entre os sujeitos, há uma necessidade de reconhecimento de cada sujeito em suas diferenças e especificidades – o que pode estimular iniciativas cidadãs. Percebemos, entre outros elementos, que a internet tem sido importante para a constituição das relações interculturais, interconectando elementos culturais simbólicos, complexificando identidades a partir das explosões e implosões de elementos identitários, construindo novas formas de praticar a cidadania.

**Palavras-Chave:** CS POA. Identidade. Cidadania.

---

1 Trabalho apresentado no GT 7 - Estudios de Recepción do XII Congresso da ALAIC.

2 Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil), Mestre em Ciências da Comunicação pela UNISINOS, Bacharel em Comunicação/Jornalismo pela UFPI; Membro dos grupos de pesquisa Processocom e GRIS; Artigo originado de pesquisa financiada pelo CNPq; e-mail: [tamiresfcoelho@gmail.com](mailto:tamiresfcoelho@gmail.com).

## Introdução

Este artigo tem o objetivo de problematizar e chamar à discussão os conceitos de “identidades culturais” e de “cidadania”, partindo de uma perspectiva comunicacional e pensando-os para a pesquisa da comunidade CS POA (*Couchsurfing* em Porto Alegre-RS). A proposta deste trabalho é construir uma problematização teórica que agregue o empírico como elemento balizador dos conceitos supracitados em uma pesquisa que traz uma combinação entre etno e netnografia.

No estudo de CS POA, que paira entre os ambientes digital e presencial, – a partir de uma reflexão sobre cidadania, cultura e identidade –, faz-se necessário mencionar que essa comunidade está contextualizada em um cenário eminentemente tecnológico. Sabendo que não é possível refletir sobre os processos, meios e práticas de comunicação sem pensá-los inseridos, articulados, concretizados nos contextos aos quais eles pertencem, é preciso ressaltar que a tecnologia é um elemento bastante relevante para compreender como são desenhadas as novas identidades dos sujeitos e de que forma são moldadas suas ações de gestação cidadã.

Levaremos em conta, no decorrer deste artigo, que a tecnologia se transformou em uma força produtiva que remete a novas percepções e linguagens, à configuração de novos saberes e novas figuras da razão, a novas formas de apreender o mundo e novas formas de identidade. Apesar de, atualmente, considerarmos impossível a compreensão das múltiplas identidades a partir de um corte sincrônico, acreditamos na possibilidade de entendê-las mais profundamente partindo da observação de como são construídas as relações e as narrativas dos sujeitos a elas pertencentes.

Com as mídias, é toda a concepção de política, de cidadania e de relação entre subjetividade e mundo social que se transfigura. Os meios de comunicação de massa, e, mais recentemente, as mídias digitais, transformaram a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação, de interação e de exercício do poder (FLORIANI; MORIGI, 2006, p.03).

O objeto de referência empírico escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa foi o projeto internacional *CouchSurfing.org* e, mais especificamente, a comunidade de Porto Alegre (denominada CS POA) dentro desse projeto, a qual nasceu como uma rede virtual sem fins lucrativos em atividade (na versão beta) desde 2003 e que reúne *backpackers* (mochileiros) e viajantes em geral provenientes de todo o mundo. Nesta rede, cada viajante tem um perfil no qual expõe suas experiências, objetivos, *hobbies*, preferências etc. O “surfe através dos sofás” (se literalmente traduzido o termo ou expressão *Couchsurfing*) remete às viagens de cada indivíduo e às suas experiências pelos sofás que são ofertados por outros *couchsurfers* (membros do *CouchSurfing*). A rede social CS desperta interesse porque trata de processos ligados à internet, ao espaço digital, que se voltam à vida real, envolvendo explicitamente atividades presenciais entre seus membros, além de trazer à tona uma processualidade sobre algo que já se fazia antes de seu surgimento: viajar e conhecer outros locais e culturas.

Foi possível observar que a rede social CS seria um objeto de pesquisa em potencial na área da comunicação, tendo em vista a riqueza das interações (entre sujeitos e culturas) que proporciona e a grande quantidade de pessoas interligadas no planeta, teoricamente em torno de interesses comuns, voltados ao intercâmbio cultural. A partir do contato em 2011 com integrantes do grupo do CS

de Porto Alegre-RS (CS POA), a pesquisadora teve oportunidade de visualizar características peculiares ao grupo, além de uma frequência de atividades presenciais (offline) que não é comum a todas as outras comunidades do *Couchsurfing*. Esses fatores despertaram, desde o início, um intenso interesse por pesquisar essa comunidade.

### **Questão das Identidades Culturais**

Ao buscar o significado da palavra “identidade” em um dicionário, seja ele qual for, percebe-se que ela é bastante complexa – como a cultura – de ser definida. Uma identidade é muito mais que um documento de identificação (no caso brasileiro) ou uma característica em comum que permite uma comparação quanto à natureza de objetos e seres. Sabe-se que as concepções acerca da definição de identidades culturais vêm transformando-se ao longo do tempo, já que não são mais dadas pelas condições nas quais a pessoa nasce, tampouco de maneira impositiva, mas sobretudo pelo que o sujeito assume (CORTINA, 2005, p.155). “A identidade não nos é dada, mas a negociamos – daí a importância das lutas sociais empreendidas para obter o reconhecimento dos outros significativos” (CORTINA, 2005, p.156).

Ronsini e Rossato (2006, p.02) explicam que a identidade cultural “constitui um fenômeno de auto-reconhecimento, tanto individual como coletivo, pois configura um sistema de referências onde um observa o outro, assim, a identidade só é reconhecida no coletivo”. Hall (2003, p.08) percebe as identidades culturais como aspectos identitários que “surgem do nosso 'pertencimento' a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais”. Oliveira (2010), além de relacionar a identidade cultural ao compartilhamento de “patrimônios comuns” (língua, religião, artes, trabalho, esportes, festas etc.), acrescenta que ela é um

“processo dinâmico, de construção continuada, que se alimenta de várias fontes no tempo e no espaço”.

O sentimento de pertencimento na busca pela adesão dos sujeitos é algo bastante importante na definição da identidade cultural e na construção de laços emotivos com uma comunidade à qual o indivíduo aderiu por vontade própria – da mesma forma com a qual pode romper os laços que livremente construiu:

[...] a civilidade não nasce nem se desenvolve se não se produz uma *sintonia* entre os dois atores sociais que entram em jogo, entre a sociedade correspondente e cada um de seus membros. Por isso, a sociedade deve organizar-se de modo a conseguir gerar em cada um de seus membros o sentimento de que pertence a ela, de que essa sociedade se preocupa com ele e, em conseqüência, a convicção de que vale a pena trabalhar para mantê-la e melhorá-la. *Reconhecimento* da sociedade por seus membros e conseqüente *adesão* por parte destes aos projetos comuns são duas fazes da mesma moeda que, ao menos como pretensão, compõem esse conceito de cidadania que constitui a razão de ser da civilidade (CORTINA, 2005, p.20-21, grifos da autora).

[...] uma das maiores dificuldade das identidades coletivas no mundo moderno é que elas dependem de que os indivíduos que supostamente as compõem possuam um forte sentido de pertença e estejam dispostos a estabelecer uma autêntica luta pelo reconhecimento dos outros, porque essa qualidade lhes parece indispensável para o desenvolvimento de sua identidade (CORTINA, 2005, p.158).

De ser único, pleno, o sujeito social passou a ser compreendido a partir de uma identidade multifacetada – ou melhor, a partir da capacidade de congregar várias identidades. Hall (2003) explica que as “velhas identidades”, as quais estabilizaram o mundo social por muito tempo, estão em processo de declínio: novas identidades estão surgindo e o indivíduo deixou de ser visto como ser unificado para ser tratado como fragmentado. A “crise de identidade” é parte de uma mudança maior “que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2003, p.07).

A crise de identidade pode ser, pelo menos em parte, explicada na capacidade de as identidades se contradizerem, cruzando-se ou deslocando-se mutuamente. Essas contradições podem atuar tanto na sociedade e nos grupos sociais, quanto no interior da mente dos indivíduos, não havendo possibilidade de constituição de uma “identidade singular” que alinhe diferentes identidades e consiga abranger em uma “identidade mestra” todos os interesses sociais dos indivíduos (HALL, 2003, p.20).

Com a globalização, não é possível ver nitidamente os contornos das identidades culturais, já que estão inseridas em contextos marcados pela fluidez e pela mobilidade. Se antes as identidades eram distintas por “fronteiras”, atualmente estamos inseridos em um contexto em que os meios de comunicação e as redes intensificaram sua influência no cotidiano do ser humano. Não há mais uma identidade formada, achada, atribuída, mas sim identidades construídas e temporárias, preservando a diversidade e a multiplicidade próprias da cultura (OLIVEIRA, 2010).

Em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em *transição*, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado. Pode ser tentador pensar na identidade, na era da globalização, como estando destinada a acabar num lugar ou noutro: ou retornando a suas “raízes” ou desaparecendo através da assimilação e da homogeneização. Mas esse pode ser um falso dilema (HALL, 2003, p.88).

Se antes os mapas culturais condiziam com os geográficos, atualmente percebemos uma dissolução desse cenário por vezes rígido e definido, na formação de um contexto que preza pela multiplicidade e pela preservação da diversidade. E esse processo surpreendeu muitos pessimistas que chegaram a cogitar o esfacelamento de culturas locais.

A defesa de crenças, tradições e traços identitários pode contribuir de maneira relevante para preservar a memória e as peculiaridades de uma sociedade, porém também pode ir de encontro a valores universais que preservam a dignidade humana. Oliveira (2010) cita exemplos como “a subordinação da mulher em diferentes culturas, a circuncisão feminina, o cerceamento da liberdade individual”, para ilustrar situações nas quais a proteção da identidade cultural local e os direitos dos seres humanos entram em conflito. No entanto, se levarmos em consideração que a cultura e os costumes também modificam-se ao longo do tempo, de acordo com os diversos contextos nos quais se inserem, entende-se que qualquer possibilidade de conflito não anula a necessidade de preservar a variedade de identidades culturais que coexistem no planeta.

Hall (2003, p.75) chama atenção para o fato de que a mediação pelo mercado global promove o confronto entre diversas identidades, alimentando a ilusão de que podemos fazer uma escolha, a partir de um discurso de consumismo global que reduzem as identidades a características específicas. Mas este autor também considera o efeito pluralizante da globalização sobre as identidades, assim como a possibilidade de ela estimular o fortalecimento de identidades locais ou a produção de novas identidades (2003, p.84).

Hall trabalha em sua obra o pertencimento a uma “cultura nacional” – enquanto uma das principais fontes da identidade cultural moderna – e as mudanças que ocorrem no contexto da globalização.

Ao nos definirmos, algumas vezes, dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial (HALL, 2003, p.47).

A condição do homem (*sic*) exige que o indivíduo, embora exista e aja como um ser autônomo, faça isso somente porque ele pode, primeiramente identificar a si mesmo como algo mais amplo – como um membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de algum arranjo, ao qual ele pode até não dar um nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar (SCRUTON *apud* HALL, 2003, p.48).



Embora o indivíduo não nasça com uma identidade nacional, ela é formada no interior da sua representação. Ser brasileiro, por exemplo, é um modo de representação de um conjunto de significados a partir da cultura nacional brasileira. A nação, para Hall (2003, p.49), funciona como uma comunidade simbólica, um “sistema de representação cultural” porque os cidadãos são mais que seres regidos por determinadas leis e detentores de direitos – “eles participam da *ideia* da nação tal como representada em sua cultura nacional”.

Mesmo quando afirma que a cultura nacional possa unificar em uma identidade cultural – e representar como uma “grande família nacional” – membros de distintas classes, gêneros ou raças, Hall não limita a cultura nacional a um “simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica”, reconhecendo que ela é “uma estrutura de poder cultural” (2003, p.59).

Compartilhamos também a ideia de identidade proposta por Martín-Barbero que não se atém mais às raízes, memórias, costumes e territórios, mas que transpõe esse estereótipo ultrapassado: “[...] falar de identidade hoje implica também – se não quisermos condená-la ao limbo de uma tradição desconectada das mutações perceptivas e expressivas do presente – falar de migrações e mobilidades, de redes e fluxos, de instantaneidade e fluidez” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p.61).

No que concerne ao nosso objeto de referência empírico, a comunidade CS POA, é relevante mencionar que, no processo de mudança de *groups* (grupos) para *places* (lugares/regiões), a dissolução das comunidades e a nova configuração geográfica a qual cada integrante do CS pertence pareceu afetar identitariamente os sujeitos. Inclusive, em uma das discussões promovidas no *Facebook* por membros do grupo, foi citado um exemplo explicitamente ainda mais complicado, que foi o caso da união de Jerusalém e outras cidades que entornam a região de Israel e Palestina como um único “local place”, como se, independentemente dos

conflitos bélicos e culturais, os membros do CS daquela região se vissem parte de um todo – o que efetivamente não acontece. Há claramente uma resistência ao enquadramento no qual o site põe os sujeitos – principalmente no que concerne aos aspectos geográficos. A identidade da comunidade CS POA (e, possivelmente de outras comunidades e grupos do CS) não é formada por um componente de territorialidade geográfica formal, mas é ancorada em termos de pertença local, cultural etc. – pertença essa, desconsiderada na nova organização do site.

A equipe do site tem “controle” sobre as informações deixadas nos perfis dos membros, mas, ao deixar de ser parte do site, o membro que exclui sua conta pode continuar fazendo parte da comunidade CS POA – já que ela não se restringe ao site do CS e está presente no *Facebook* e nas atividades presenciais –, como uma integrante que, desde 2005, participava do site/projeto *Couchsurfing* e não concordou com as transformações estruturais e institucionais do CS, cancelando seu perfil no site do CS. Outra forma de resistência é a tentativa de articulação de membros da comunidade para buscar uma alternativa de aplicativo ou site de armazenamento de informações da comunidade, de forma que os membros possam ter controle sobre os dados acumulados e não fiquem à mercê da equipe que mantém o site do CS. A impossibilidade atual de transferência da comunidade para outra plataforma também pode ser um fator que potencialize o deslocamento das interações do grupo para o *Facebook*.

O cenário digital configura-se, portanto, como modelador – de forma a permitir/facilitar a expressão do grupo, ou não. A integrante que deletou seu perfil no CS, por exemplo, deixou de ser adepta ao site *Couchsurfing* ao perceber que ele não atendia mais às suas necessidades, mas não deixou de fazer parte da comunidade CS POA nem do grupo do *Facebook* – no qual ela ainda manifesta-se e onde ela comunicou o fechamento do perfil aos outros membros. A atitude da integrante reforça o fator da necessidade de satisfação do grupo – que já era

explícito através de outras discussões selecionadas para a nossa análise.

É interessante perceber que a comunidade se exprime, se auto afirma enquanto comunidade nessas discussões que estamos analisando no decorrer deste texto. Os adeptos não ficaram descontentes e, simplesmente, deletaram seus perfis, mas discutem e argumentam enquanto parte de um todo que tem elementos identitários com os quais precisa de identificação, colocando em xeque os elementos representativos do grupo. Ao mesmo tempo, é visível que a arquitetura e os recursos digitais são modeladores dos grupos/comunidades formados em âmbito virtual e que as ferramentas e funcionalidades mais antigas – mesmo não sendo possivelmente ideais ou perfeitas para o grupo – conseguiram exprimir melhor a comunidade CS POA.

A identidade das pessoas conta com “a igualdade de todos os cidadãos em dignidade; mas conta também com esses elementos específicos de cada indivíduo e de cada comunidade étnica, religiosa ou nacional as quais pertencem, e que são os que lhes propõem formas de vida boa” (CORTINA, 2005, p.25). Assim, para compreender a comunidade CS POA, não basta explorar seus aspectos culturais e identitários, fazendo-se também pertinente investigar movimentos que sinalizem para as ações de cidadania promovidas por seus membros.

### **Cidadania e suas Relações com a Cultura e a Comunicação**

Em um contexto permeado pela multiculturalidade e por identidades culturais cada vez mais complexas, surgem demandas diferenciadas para o alcance da cidadania e para o desenvolvimento de ações alternativas de gestão cidadã. Santos (2008, p.221) explica que “a aspiração ao multiculturalismo e à autodeterminação assume, com frequência, a forma social de uma luta pela justiça e pela cidadania culturais, envolvendo exigências de formas alternativas de direito

e de justiça e de novos regimes de cidadania”.

De acordo com a distinção entre “homem” e “cidadão” por Rousseau, “o homem, em sua totalidade, deseja ser feliz, a felicidade é seu objetivo; o cidadão, aquele que é membro de uma sociedade, espera dela que lhe faça justiça, que coloque a sua disposição os bens imprescindíveis para poder levar adiante, por sua conta e risco, um projeto de vida feliz” (CORTINA, 2005, p.23). E, ao falar de justiça, Cortina não se refere apenas à justiça procedimental, mas engloba também “o sentido e a felicidade que se encontram nas comunidades” (2005, p.26).

A cidadania é um conceito mediador porque integra exigências de justiça e, ao mesmo tempo, faz referência aos que são membros da comunidade, une a racionalidade da justiça com o calor do sentimento de pertença. Por isso, elaborar uma teoria da cidadania ligada às teorias da democracia e justiça, mas com uma autonomia relativa diante delas, seria um dos desafios de nosso tempo. Por que uma teoria como essa poderia oferecer melhores argumentos para sustentar e fortalecer uma democracia pós-liberal também no nível das motivações: uma democracia em que se encontrem as exigências liberais de justiça e as comunitárias de identidade e de pertença (CORTINA, 2005, p.27-28).

Compartilhamos da visão de Adela Cortina (2005) ao entendermos que o sentimento de cidadania dentro de uma comunidade serve de estímulo para que eles promovam ações em benefício do grupo, de forma que existem neste pensamento dois lados: “o lado 'racional', o de uma sociedade que deve ser justa para que seus membros percebam sua legitimidade, e o lado 'obscuro',

representado por esses laços de pertença que não escolhemos mas já fazem parte da nossa identidade” (CORTINA, 2005, p.27). Acerca da relação entre cidadania e os laços de pertença, Faxina complementa:

Aqui se apresenta um eixo importante das discussões em torno de uma nova teoria da cidadania: o reconhecimento do cidadão como sujeito desse processo de conquista da cidadania, sentindo-se parte dele, pertencente a ele; e o cidadão só se sente parte daquilo que faz parte dele, que é quase a sua extensão. Um conceito de cidadania forjado na luta – portanto, ativa - e a partir da comunidade traz em seu ventre o germe do pertencimento (FAXINA, 2012, p.96).

O conceito de cidadania não é menos complexo que os de identidade e de cultura, porque é impossível agregar as diversas facetas da cidadania em uma definição enxuta. Cidadania é fruto de um processo em construção e, de acordo com Cortina, passa pelas educações formal e informal, de forma que “aprendemos a ser cidadãos, como aprendemos tantas outras coisas, mas não pela repetição da lei de outros e pelo castigo, e sim chegando a ser mais profundamente nós mesmos” (CORTINA, 2005, p.30).

Certamente, se a cidadania deve ser um vínculo de união entre grupos sociais diversos, não pode ser senão uma cidadania complexa, pluralista e diferenciada, e no que diz respeito a sociedades nas quais convivem culturas distintas uma *cidadania multicultural*, capaz de tolerar, respeitar ou integrar as diferentes culturas de uma comunidade política de tal modo que seus membros se sintam “cidadãos de primeira

classe” (CORTINA, 2005, p.140).

A perspectiva de um diálogo entre as diversas culturas que coexistem na sociedade simultaneamente, e que já foi comentada anteriormente neste artigo, convida (e desafia) os atores sociais a descobrir em que ponto poderíamos “conservar o melhor do universalismo e da sensibilidade diante do diferente em um 'terceiro' que os supere, sem desperdiçar a riqueza que um e outra oferecem” para a construção de uma “cidadania intercultural” (CORTINA, 2005, p.146). A autora supracitada defende pertinentemente que o diálogo intercultural, o qual seria a base dessa cidadania, associado à “compreensão profunda dos interesses de pessoas com diferentes bagagens culturais”, permearia a construção de uma sociedade com mais justiça (CORTINA, 2005, p.168). Adela Cortina também chama atenção para o fato de que “as sociedades pluralistas e multiculturais devem ter muito cuidado em articular máximos e mínimos de modo que não se atropеле nem a justiça nem se percam as ofertas de felicidade” (2005, p.23).

Tendo em vista uma perspectiva comunicacional, falar de cidadania requer articulá-la à comunicação em um contexto de sociedade midiaticizada, de forma que as narrções sobre identidades passam também pelas mídias, levando em conta a capacidade modeladora das práticas midiáticas em relação aos sujeitos da comunicação (PADILLA FERNÁNDEZ, 2009, p.183), pensando na cidadania de maneira correlacionada à condição dos públicos dessa sociedade (PADILLA FERNÁNDEZ, 2009, p.185). Compartilhamos com Padilla Fernández da noção de cidadania comunicativa compreendida como “el reconocimiento de la capacidad de ser sujeto de derecho y demanda en el terreno de la comunicación pública, y el ejercicio de ese derecho. Se trata de una noción compleja e involucra varias dimensiones” (PADILLA FERNÁNDEZ, 2009, p.185-186).

Existem diferentes noções de cidadania, diferentes concepções para diferentes

sujeitos. A cidadania comunicativa não pode ser pensada isolada de outras dimensões do meio social. E, considerando a cidadania como ação, como possibilidade de mobilização, a cidadania comunicativa constitui-se para os sujeitos de direito e de demanda no exercício desse direito. Na articulação entre cidadania e comunicação, a mídia constitui-se como lugar constitutivo da cidadania, das formas de fazer política, do próprio ator social.

Diante das recentes mudanças, na atual conjuntura da comunidade CS POA é perceptível um esforço dos sujeitos a ela pertencentes de resistência, manifestação, contestação e crítica, de forma a sinalizar para ações – mesmo que talvez ainda gestacionais – de cidadania a partir da interface digital, envolvendo conseqüentemente questões culturais e identitárias. As discussões exprimem características de uma busca por cidadania comunicativa – no sentido de garantir a configuração e a existência do grupo no espaço virtual, mesmo que a comunidade não seja restrita a este espaço.

Em geral, as manifestações apresentadas nas discussões do *Facebook* apontam para um descontentamento dos integrantes da comunidade CS POA, mas não de todos eles – o que pode apontar para um posicionamento negativo da maioria dos membros, ou da inibição dos membros que acataram ou concordaram com as mudanças sem problemas diante das manifestações de repúdio à nova maneira de funcionamento do site. Considerando que as formas de interação se dão não somente através de falas, mas também de silêncios, é possível percebermos que, no momento em que um dos membros da comunidade diz aprovar as mudanças em uma das discussões, cria-se um certo ambiente fechado (talvez até mesmo de hostilidade), de forma que talvez o membro não tenha se sentido à vontade para argumentar ou expressar-se – diante de tantas reclamações de outros membros – e não tenha mais comentado naquela postagem.

Simultaneamente, é perceptível que as reclamações se multiplicam no espaço da comunidade no *Facebook* com maior intensidade – se comparadas às manifestações no que seria o novo espaço de CS POA no site do *Couchsurfing*. Esse aspecto pode nos remeter à falta de identificação do grupo com o *Couchsurfing*, se comparado ao *Facebook* e também ao fato de a comunidade utilizar um outro dispositivo disponível à comunidade como forma de protesto (e talvez de boicote) à utilização do site do CS. Seria, de certa forma, incongruente reclamar da falta de funcionalidade do CS utilizando seu próprio site para reclamar ou manifestar-se perante outros membros da comunidade: se não é funcional, não adianta utilizá-lo como recurso.

Considerando-se que as modificações do site do CS foram feitas com um aviso prévio bastante genérico e que não explicitava o que sofreria mudanças ou quais ferramentas seriam alteradas – de forma que boa parte do site ficou em suspenso, impossibilitando o acesso ou recuperação de diversos dados/informações por parte dos usuários da rede social –, percebemos que as relações de poder na rede social foram construídas de forma que há um domínio da equipe de manutenção da rede social sobre as informações dos usuários (já que eles excluem e/ou modificam informações, configurações e espaços sem consultar ou explicar detalhadamente aos membros e adeptos da rede). Há também resistência dos membros diante das ações da equipe que controla o funcionamento do site e essa resistência pode ser verificada nas discussões e reclamações dos sujeitos – como nas discussões que estamos analisando neste trabalho – e também em ações como a exclusão de perfis por parte de alguns membros que não se sentiram mais pertencentes à rede social depois das mudanças.

Os diálogos da postagem de 12 de novembro de 2012 trazem argumentações pró e contra as mudanças que já se intensificavam àquela época, mas em um momento em que os grupos ainda não tinham sido dissolvidos e havia mais



mudanças de *layout* e arquitetura, principalmente relativas ao logotipo do site. A postagem é feita por um dos embaixadores do site em Porto Alegre – função de representação do site e do projeto CS entre dos membros – avisando que algumas mudanças estavam sendo empreendidas. Diante de manifestações descontentes, inclusive de uma das embaixadoras da capital gaúcha (Renata Kroeff), o embaixador Rafael Luft tenta explicar que não haveria muito o que fazer a não ser acostumar-se com as mudanças, de forma a assumir o papel de mediador da discussão entre os membros da comunidade, o papel de membro e, simultaneamente, um papel institucional (já que ele é um membro representante da rede social). Durante a discussão o embaixador também argumenta de forma a explicar que o projeto CS e a comunidade CS POA não se resume ao site e suas mudanças, mas é feita por membros – o que seria mais relevante para a identidade do grupo do que as mudanças em si no site. O site seria a expressão digital de algo maior e a força da comunidade de Porto Alegre – que existe para além da prescrição do site – não residiria na comunidade global, mas na configuração em que os grupos/comunidades assumem uma pertença identitária grande. Esses aspectos seriam reiterados a partir das manifestações pós-dissolução dos grupos, cerca de um mês depois.

O site desde sua concepção está em permanente construção e sofre modificações com certa frequência, passando por processos experimentais. No entanto, há algumas resistências a essa permanente construção, de forma que às vezes as discussões analisadas nos levam a acreditar que haja uma falta de elementos fixos de identificação para alguns membros – por exemplo, quando fica em voga o fato de o site parecer uma página em construção e não uma rede social consolidada há alguns anos. Sabe-se que todo processo de experimentação perpassa riscos de aceitação e rejeição – o que é facilmente observável nos diálogos, mas também vem à tona uma tendência da rede social de se institucionalizar.

## Considerações

É possível perceber uma articulação e um imbricamento entre os conceitos de cultura, identidade e cidadania. Ao mesmo tempo em que são complexos em suas singularidades, esses conceitos estão vinculados entre si, ajudando a constituir sujeitos.

É também interessante perceber como a internet tem sido importante para a constituição das relações interculturais, interconectando elementos culturais simbólicos, complexificando identidades a partir das explosões e implosões de elementos identitários, construindo novas formas de praticar a cidadania. Em um cenário no qual as relações tornam-se mais globais e mais locais, simultaneamente, faz-se necessário estudar e investigar cada vez mais sobre as identidades, é necessário compreender os processos estruturantes delas, de que forma estruturam relações e configuram espaço-tempo. Os sujeitos agora têm vinculações mais móveis – bem como estão movimentando-se também muitos de seus elementos constitutivos, como cultura e identidade –, querem ser reconhecidos nas suas diferenças, que sejam levadas em conta suas especificidades, diferenças, demandas, complexidades. Essa vontade de reconhecimento leva consigo um estímulo em relação às iniciativas e práticas cidadãs.

As observações da comunidade CS POA nos levam a pensar nela como um espaço culturalmente rico, dinâmico e diversificado. No contexto de mudanças analisado, é interessante perceber que afloram as ações cidadãs, críticas, em defesa das características culturais e identitárias do grupo. Esse foi um momento importante de observação do objeto supracitado, tendo em vista que as diversas manifestações dos sujeitos podem sinalizar para uma tentativa de constituição do espaço da comunidade na internet (tanto no site do CS como no *Facebook*)



enquanto local de discussão, de debate, bem como para a constituição da comunidade muito além do espaço na rede social *Couchsurfing*, tendo suplantado seu “espaço físico” de origem e se consolidado como comunidade – local de pertencimento entre os sujeitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cortina, A. (2005). *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. S. Cobucci Leite (trad.). São Paulo: Loyola.
- Floriani, A. W., & Morigi, V. J. (2006, janeiro/junho). Os circuitos comunicativos e a construção da cidadania no ciberespaço: tramas do sentido em redes de weblogs. In: *Revista Intexto*. Porto Alegre: UFRGS, 1 (14) 1-12. Acesso em janeiro de 2013. Disponível em:  
<<http://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/4252/4476>>.
- Hall, S. (2003). *A identidade cultural na pós-modernidade*. T. Tadeu da Silva., & G. Lopes Louro (trads.) Rio de Janeiro: DP&A.
- Martín-Barbero, J. (2006). Tecnicidades, Identidades, Alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: Moraes, D. de. (org.). *Sociedade Midiatizada*. C. F. Moura da Silva., M. I. Coimbra Guedes., & L. Pimentel. Rio de Janeiro: Mauad.
- Oliveira, L. M. B. de. (2010). Identidade Cultural. In: *Dicionário de Direitos Humanos*. Acesso em setembro de 2011. Disponível em:  
<<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Identidade+cultural>>.
- Padilla Fernández, A. (2009). *Metodologías Transformadoras: tejiendo la red en comunicación, educación, ciudadanía e integración*. Caracas: Fondo Editorial CEPAP – UNESR.



- Ronsini, V. M., & Rossato, A. (2006). Juventude, mídia e movimentos sociais camponeses: encontros e desencontros. In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 29, 2006, Brasília. *Anais...* São Paulo: Intercom.
- Santos, B. de S. (2008). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. (2<sup>a</sup> ed.) São Paulo: Cortez.